

**Minuta da Ata da 49ª Reunião Ordinária**  
**da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,**  
realizada em 20/03/2009, 6ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

**Membros Participantes:**

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Newton Paciornik – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Marcel Stenner – Ministério da Fazenda
4. Wadih João Scandar Neto – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
5. Gerson Clovis Malty – Ministério dos Transportes

**Outros Participantes:**

1. Mauro Meirelles de Oliveira Santos – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Haroldo de Oliveira Machado Filho – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Mariana Egler – Ministério do Meio Ambiente
5. Luís Eduardo Tinoco – Ministério do Meio Ambiente
6. Núbia Elizabeth de S. e Silva – Ministério do Meio Ambiente
7. João Luiz Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
8. Hamilton Moss de Souza – Ministério de Minas e Energia
9. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
10. Samira Sana F. de Souza – Ministério de Minas e Energia
11. Tiago Q. Giuliani – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
12. Jossifram Almeida – Ministério da Fazenda
13. Caio Flávio de Noronha – Ministério das Relações Exteriores

### Resumo das decisões da 49ª Reunião Ordinária da Comissão:

1. Aprovação da Ata da 48ª Reunião Ordinária, sem emendas.
2. Análise dos projetos – síntese:

Número	Projeto	Posição anterior	Posição pós-reunião
193	Usina Interlagos	Ressalva	Ressalva
201	PCH Faxinal II	Revisão	Revisão
216	Energia Renovável AB Brasil	Revisão	<b>Aprovado</b>
217	Abatedouro Vilhena	Revisão	Ressalva
218	Abatedouro Barra do Garças	Revisão	<b>Aprovado</b>
227	Ecobio Carbon 01	Revisão	Revisão
229	SF <sub>6</sub> RIMA	Revisão	Ressalva
230	PCH Piedade	Revisão	<b>Aprovado</b>
231	Gramacho	Revisão	<b>Aprovado</b>
232	Bragagnolo	Submetido	Revisão
233	Lixo Zero	Submetido	<b>Aprovado</b>
234	Tecipar	Submetido	Revisão
235	Goiandira	Entrada	Submetido
234	PCH Santana I	Entrada	Submetido

3. Aprovação da Resolução N° 9.
4. Informe sobre a reunião do ONS, MCT, MME e Entidades Operacionais Designadas – EODs para apresentação do método de cálculo do fator de emissão utilizado da rede nacional de distribuição elétrica a ser considerado nas atividades de projetos brasileiros no âmbito do MDL.

O Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, saudou inicialmente a todos, mas não pôde permanecer em virtude de ter que atender a outros compromissos. Antes de se ausentar, informou que recentemente foi criada uma comissão permanente de mudança do clima no Senado, presidida pela Exma. Senadora Idely Salvatti, constituindo mais um indicador da importância do tema. O Dr. Newton Paciornik informou rapidamente sobre a reunião com as EODs sobre fatores de emissão, que resultou na liberação de vários projetos que ainda não tinham sido submetidos sob a alegação de problemas relacionados à aplicação desses fatores. Informou ainda que a Resolução nº 9 seria apresentada. O Dr. Luiz também relatou entendimentos sobre a construção de uma Universidade Binacional, com a França, no Amapá. Esse assunto o impediu de permanecer na reunião. Com base na impossibilidade de permanecer em função dos motivos expostos, solicitou ao Dr. Newton que o substituísse na condução da reunião, mas registrou que estaria presente no caso de qualquer eventualidade que exigisse sua presença.

## **1. Aprovação da Ata da 48ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.**

O Dr. Newton indicou as alterações no formato da ata em comparação com o modelo que vinha sendo utilizado, observando que o formato atual apresenta um resumo inicial, com o *status* dos projetos imediatamente após a deliberação da CIMGC. Após essas observações, questionou se haveria alguma manifestação por parte dos presentes no que se referia à minuta da Ata. Tendo em vista que nenhum dos participantes da reunião se manifestou, a ata da 48ª Reunião foi aprovada sem ressalvas.

## **2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

Projetos em ressalva cujos proponentes não apresentaram respostas satisfatórias aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

- 193 – Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos** (ofício 379, de advertência, enviado em 22/10/2008. Em 23/01/09, foi recebida mensagem eletrônica informando sobre o interesse de manter o projeto como submetido)

O projeto ainda depende de alterações inerentes ao processo de Validação. Por esse motivo, a CIMGC deliberou que poderia aguardar, tendo em vista que a paralisação do processo de aprovação no âmbito da Comissão não depende exclusivamente do proponente. Havendo falta de manifestação no futuro, será enviado um outro ofício.

Por fim, a CIMGC deliberou pela manutenção da **aprovação com ressalvas** do Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos**, sem envio de novo ofício.

Projetos em **revisão** cujos proponentes **ainda não** apresentaram respostas aos  
ofícios enviados pela CIMGC

- 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II** (ofício 389, enviado em 27/01/2009)

O Dr. Newton afirmou que este projeto apresentava uma situação similar ao do caso anterior, e sugeriu o mesmo posicionamento.

A CIMGC deliberou por manter o Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II em revisão**, sem envio de novo ofício.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios, mas  
não em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC

- 227 – Projeto de tratamento e utilização de dejetos de suínos **Ecobio Carbon 01** (ofício 386, enviado em 27/01/2009)

O proponente do projeto enviou resposta apenas na véspera da reunião, e não respeitou, portanto, o Art. 3º da Resolução nº 5 da CIMGC que estabelece o seguinte:

*O ofício atendendo as exigências feitas por esta Comissão no caso das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo terem sido consideradas em revisão, de acordo com o artigo 8º da Resolução nº 3, só será apreciado pelos membros desta Comissão em reunião subsequente ao recebimento de tal ofício se este documento for recebido pela Secretaria Executiva desta Comissão 10 (dez) dias úteis antes da data da primeira reunião ordinária da Comissão subsequente a tal recebimento, caso contrário, o mesmo será considerado na reunião ordinária seguinte a esta.*

Portanto, como o prazo de 10 dias úteis antes da data da reunião não foi atendido, a CIMGC deliberou pela manutenção da **revisão** do Projeto de tratamento e utilização de dejetos de suínos **Ecobio Carbon 01**, e o projeto será considerado na 50ª Reunião da Comissão.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em  
conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC

- 216 – Projeto de Energia Renovável da **AB Brasil** (resposta em 05/03/09)

O Dr. Adriano indicou os pontos em função dos quais o projeto se encontrava aprovado com ressalvas. Pela análise do MCT, as exigências foram cumpridas e a atividade deveria ser aprovada. A Dra. Mariana afirmou que o MMA não tinha ressalvas e concordava com a aprovação.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de Energia Renovável da **AB Brasil**.

- 217 – Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio de Efluente de Abatedouro - Unidade de **Vilhena** (resposta em 09/02/09)

O Dr. Adriano informou que a análise do MCT permitia concluir que o projeto atendia às exigências. Contudo, a Dra. Mariana registrou que, por meio de contato direto com o órgão ambiental licenciador, o MMA havia constatado uma desconformidade das emissões do efluente líquido e isso vinha impedindo a emissão de nova licença ambiental. Por esse motivo, a posição do MMA era pela aprovação com ressalvas. O Dr. Newton sugeriu então a aprovação com a ressalva de que a aprovação definitiva dependia da apresentação da licença ambiental. O Dr. Adriano ponderou se poderia ser apenas uma manifestação positiva do órgão ambiental de que o processo de licenciamento estava em curso, mas prevaleceu a solicitação da licença ambiental, o que foi aceito por todos.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio de Efluente de Abatedouro - Unidade de **Vilhena** com a seguinte **ressalva**:

1. Apresentar Licença de Operação válida do projeto.
--

- 218 – Projeto JBS S/A – Tratamento Aeróbio de Efluentes do Abatedouro – Unidade **Barra do Garças** (resposta em 09/02/09)

O Dr. Adriano informou que esse projeto era similar ao anterior, e que a análise do MCT era a de que o mesmo atendia às exigências. O Dr. Newton observou que não havia problema de licenciamento ambiental, o que foi confirmado pela Dra. Mariana, e sugeriu a sua aprovação.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto JBS S/A – Tratamento Aeróbio de Efluentes do Abatedouro – Unidade **Barra do Garças**.

- 229 – Conversão de SF<sub>6</sub> para o gás de cobertura alternativo SO<sub>2</sub> na produção de magnésio da **RIMA** (resposta em 05/03/09)

O Dr. Adriano informou que este projeto atendeu parte das exigências, mas que restava ainda o atendimento de outras como a correção de pontuação decimal em determinados números e fórmulas; o Anexo III publicado na rede mundial de computadores era diferente daquele que fora enviado à Comissão; a informação da Entidade Operacional Designada sobre os escopos a que está habilitada não correspondia ao que aparece na página eletrônica do Conselho Executivo do MDL; Havia ausência de endereço e telefone dos responsáveis pela comunicação com a CIMGC. A Dra. Mariana observou que a ausência da licença ambiental não era empecilho para a aprovação do projeto, cuja mudança de tecnologia ainda está para acontecer e o mesmo só poderá funcionar depois da obtenção da licença de operação (LO) ou da manifestação do órgão ambiental de que a alteração no processo produtivo não necessariamente necessita de LO. Lembrou também que o órgão ambiental está ciente dos estudos associados à alteração. O Dr. Newton confirmou que os problemas apresentados não eram substantivos e sugeriu sua aprovação com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto Conversão de SF<sub>6</sub> para o gás de cobertura alternativo SO<sub>2</sub> na produção de magnésio da **RIMA** com as seguintes **ressalvas**:

1. Reapresentar o DCP, para corrigir erros de notação de ponto decimal, como na página 25 e 26, onde  $C_{SF_6,CON,BL} = 19.050 \text{ tonSF}_6/\text{ano}$  deveria ter “,” como também na fórmula de  $EF_{SF_6,MG}$ .
2. Tendo em vista que o Anexo III enviado à CIMGC é diferente daquele que foi disponibilizado para comentários, reapresentá-lo em sua versão definitiva e publicá-lo igualmente na internet.
3. Apresentar declaração da validadora TÜV-SÜD Industrie Service GmbH, mencionando, além do seu endereço e telefone no Brasil, a correta habilitação para os escopos, tendo em vista que, ao contrário do afirmado de que a EOD está habilitada para todos os escopos em validação e verificação, verificou-se no sítio eletrônico do EB-CDM que a EOD não está habilitada para o setor 14 em relação à “verificação e certificação”.

- 230 – Atividade do projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica **Piedade**

O Dr. Adriano informou que este projeto atendeu a todas as exigências, e o parecer do MCT era pela sua aprovação. O Dr. Newton solicitou outras manifestações. Não havendo, a CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto Atividade do projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica **Piedade**.

➤ 231 – Projeto **Gramacho** de Gás de Aterro (resposta em 05/03/09)

O Dr. Adriano abordou a exigência de apresentação da licença ambiental para o gasoduto previsto no projeto. A resposta do proponente foi uma longa lista de considerações sobre a indefinição ainda desse gasoduto, já que o projeto poderá iniciar sem o uso do biogás fora das imediações do aterro; assim a licença não seria necessária no momento. O Dr. Adriano confirmou que as demais exigências foram atendidas e apresentou a posição do MCT pela aprovação do projeto. O Dr. Newton esperou por outras manifestações. Na ausência das mesmas, a CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto **Gramacho** de Gás de Aterro.

Projetos **submetidos** na última reunião:

➤ 232 – Avelino **Bragagnolo** – Tratamento de Efluentes usando Sistema Aeróbio

O Dr. Adriano destacou que o projeto refere-se a uma indústria de papel e celulose, que mudará seu sistema de efluentes. Citou problemas no Anexo III, que contém informações incorretas e imprecisas; ausência da publicação do Anexo III na rede mundial de computadores; problemas de tradução; problemas no Relatório de Validação, tais como alguns associados ao atendimento da Resolução nº 7 e a atualização de esclarecimentos quanto a dúvidas das EODs sobre o fator de emissão da rede elétrica nacional, que na verdade já havia ocorrido. Finalizou dizendo que a posição do MCT era pela revisão da atividade. O Dr. Newton solicitou outras manifestações, mas os presentes concordaram com os pontos levantados pelo MCT. Sugeriu, em vista dos problemas apresentados, principalmente em relação ao Anexo III que trata das contribuições ao desenvolvimento sustentável, que o projeto fosse considerado em revisão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Avelino **Bragagnolo** – Tratamento de Efluentes usando Sistema Aeróbio para atender as seguintes exigências:

**1. Reapresentação do DCP/PDD para:**

- Acertar o nome do participante nacional de acordo com a razão social completa: “Avelino Bragagnolo S/A Indústria e Comércio”, tanto no Item A.3 quanto no Anexo 1.
- Acertar problemas de tradução como, por exemplo:
  - a. “O contrato de compra das RCEs *começará* a ser negociado em 2007 e o ACRE (Acordo de Compra de Redução de emissões- ‘ERPA’ em inglês) final é datado como 07/01/2008.” Item B.5 – página 8.
  - b. “Erro! Fonte de referência não encontrada”, no Item B.6.1.

**2. Reapresentação o Relatório de Validação para:**

• Acertar, na tradução para o português, na página 8, a afirmação de que “O projeto GEE considerado pode ser classificado como um projeto de MDL de larga escala no setor listado na Tabela 1-1 (de acordo com a Lista de Escopos Setoriais da UNFCCC)”.

• Na página A-70, questão E.3 – “Se um processo de consulta às partes interessadas é exigido pelas normas / legislação do país anfitrião, o processo de consulta à partes interessadas foi realizado de acordo com essas normas / legislação?” – deve ser indicada a falta da publicação no site indicado na carta-convite do documento Anexo III, conforme pede a Resolução N° 7.

• Retirar o trecho a seguir, dentro do Item 4.6, pois não faz mais sentido, já que houve a reunião pedida: “A fim de avaliar a correta aplicação da ferramenta, TUV precisaria ter acesso aos dados utilizados pela CIMGC, que comunicou informalmente ao FORUM das DOEs que os dados são confidenciais por razões estratégicas e que não poderia disponibilizá-los. O FORUM das DOEs então formalizou tal pedido à CIMGC e está esperando uma resposta formal. De acordo com o parágrafo 64 (a) do Relatório do EB43, a DOE pode requisitar à AND uma oportunidade para avaliar a correta aplicação da “ferramenta para cálculo do fator de emissão para um sistema elétrico – do inglês: tool to calculate the emission factor for an electricity system” ou, caso esta solicitação seja negada, as DOEs podem solicitar ao conselho executivo da CQNUMC que avalie o uso correto da ferramenta. É importante mencionar, devido as razões expostas acima, que a equipe de validação não pode ainda avaliar corretamente a aplicação adequada da ferramenta que, em última análise, determina o valor de EFgrid,CM, que é utilizado para a estimativa ex-ante das emissões o projeto.”

**3. Publicar no site indicado na carta-convite o documento Anexo III, conforme pede a Resolução N° 7.**

**4. Reapresentar o Anexo III para melhorar as informações contidas no Item a – Contribuição para a sustentabilidade ambiental local, já que o metano não causa maus odores e os gases de efeito estufa não são um problema local, confirmando também se a quantidade de matéria orgânica despejada no corpo d’água será menor que o índice mínimo da legislação ambiental vigente.**

➤ 233 – Projeto de Compostagem **Lixo Zero**

O Dr. Adriano destacou que o projeto refere-se à compostagem de resíduos orgânicos em Duque de Caxias, tendo sido bem apresentados e sem pontos a corrigir. Indicou o parecer do MCT pela sua aprovação. A Dra. Mariana concordou que o projeto está bem descrito, e apresentou todas as licenças ambientais, indicando que o MMA era também favorável à aprovação. O Dr. Newton destacou que este projeto constituía um exemplo de que os proponentes de projetos cada vez mais fazem o uso adequado do Manual de Submissão publicado pela CIMGC. Esperou por outras manifestações, mas os presentes concordaram com os pontos levantados pelo MCT, e sugeriu a aprovação do projeto.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de Compostagem **Lixo Zero**.

➤ 234 – Projeto de Gás de Aterro **TECIPAR – PROGAT**



O Dr. Adriano destacou que é um projeto de aterro sanitário, com captação e queima de biogás, cuja apresentação à CIMGC é bastante comum. Foram levantados, além de problemas de tradução, alguns pontos no DCP sobre adicionalidade, falta de informação de energia consumida no projeto, incoerências entre o cálculo de RCEs contido no DCP e na planilha apresentada; em relação ao Relatório de Validação, também foram levantados pontos de incorreção nas referências ao DCP e à metodologia e algumas ausências de informação. Concluiu que o MCT era pela revisão do projeto. O Dr. Mauro teve a oportunidade de pedir antecipadamente a planilha de cálculo dos RCEs, o que acabou indicando certas incoerências, agilizando o processo de análise. A Dra. Henryette observou que o projeto indica que a principal finalidade é geração de energia elétrica, o que não corresponde à realidade do projeto. Portanto, essa informação deveria ser alterada ou esclarecida. O Dr. Newton esperou por mais alguma manifestação, mas os presentes concordaram com os pontos levantados pelo MCT e MME. Em vista dos pontos já levantados, sugeriu que o projeto fosse considerado em revisão..

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Gás de Aterro **TECIPAR – PROGAT** para atender as seguintes exigências:

**1. Reapresentação do DCP/PDD para:**

- Corrigir o seguinte problema de tradução: “**PASSO:** Identificação de cenários alternativos”, Item B.4, página 12.
- Corrigir no Passo 1 do Item B.4 a eliminação prematura dos cenários LFG1 e P1, já que, ao contrário do que diz a tabela, os RCEs não são a única fonte de receita do projeto mas também a venda de energia produzida.
- Retirar da energia gerada pelo projeto a parcela a ser consumida internamente, pois a planilha não apresenta esse cálculo.
- Explicar ou alterar a afirmação do DCP de que “a BIOPAR Soluções Ambientais Ltda. é uma joint-venture entre a ESTRE Ambiental S/A, Multiambiente Brasil e a TECIPAR”, já que o contrato social da BIOPAR informa apenas a participação da Esergia Estratégias Energéticas Ambientais Ltda. e da Tecipar Engenharia e Meio Ambiente Ltda.
- Corrigir, no Item B.6.3 – Geração de biogás, as duas tabelas, pois estão em desacordo com a planilha de cálculo fornecida, “CERs Estimativas - TECIPAR (v 02.2) 2009.03.02b.xls”.

**2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:**

- Fazer referência ao DCP/PDD atualizado.
- Fazer referência correta da versão da metodologia ACM0001 – Versão 09.1 e não Versão 9;
- Apresentar o nome do Revisor Técnico, retirando os campos sem preenchimento (em azul, na versão eletrônica), na página 2;

• Apresentar o nome correspondente em “Assinado em Nome do Corpo de Validação pela Assinante Autorizado”, na página 5;

• Incluir a sigla PAF na Tabela de Abreviações, para esclarecimento do termo.

**3. Apresentação da licença ambiental para a atividade de geração de energia elétrica a partir da queima de biogás.**

**4. Apresentação da documentação ou justificativa de conformidade regulatória para fins de geração de energia elétrica.**

Novos projetos:

O Dr. Newton passou a considerar os novos projetos:

- 235 – Atividade do Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas **Goiandira**, Pedra do Garrafão, Pirapetinga e Sítio Grande (Entrada em 13/03/2009)
- 236 – Projeto MDL da **PCH Santana I** (Entrada em 16/03/09)

O Dr. Newton informou que a Secretaria Executiva da Comissão pôde verificar a documentação do Projeto MDL da **PCH Santana I**, embora tivesse sido recebida com menos de 5 dias úteis antes da reunião, não tendo sido atendido, portanto, o Art. 2º da Resolução nº 5 da CIMGC que estabelece o seguinte:

*Os documentos relacionados ao pedido de aprovação das atividades de projeto propostas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo mencionados nas resoluções desta Comissão deverão ser recebidos pela Secretaria Executiva da mesma 5 (cinco) dias úteis antes da próxima reunião ordinária, tempo necessário para que se verifique que os requisitos de documentação necessária foram integralmente cumpridos e a documentação submetida está completa, para que inicie a contagem do prazo de 60 (sessenta) dias após a data da primeira reunião ordinária da Comissão subsequente ao recebimento dos documentos, conforme artigo 6º da Resolução nº 1, artigo 6º da Resolução nº 2 e artigo 6º da Resolução nº 3 desta Comissão.*

Apesar desse fato, o Dr. Newton questionou se a atividade poderia ser considerada como submetida na reunião, e se poderia ser considerada na próxima. Todos concordaram com a proposta.

### 3. Outros Assuntos

O Dr. Newton solicitou então ao Dr. Haroldo que encaminhasse o ponto sobre a nova Resolução N° 9, que informou que a minuta da resolução era a mesma da reunião anterior, apenas com a data atualizada, 20/03/2009. A resolução faz referência a sete anexos que não tinham sido impressos para a reunião, mas que os membros da CIMGC tiveram amplo acesso antes da mesma:

1. procedimentos para o registro de um programa de atividades como uma única atividade de projeto do MDL e emissão de reduções certificadas de emissões para um programa de atividades;
2. orientação sobre o registro de atividades de projeto no âmbito de um programa de atividades como uma única atividade de projeto do MDL;
3. orientação para determinar a ocorrência de desagrupamento no âmbito de um programa de atividades;
4. formulário para o documento de concepção do programa de atividades, chamado de CDM-PoA-DD;
5. formulário para o documento de concepção da atividade programática, chamado de CDM-PPA-DD;
6. formulário para o documento de concepção do programa de atividades de pequena escala, chamado de CDM-SSC-PoA-DD;
7. formulário para o documento de concepção da atividade programática de pequena escala, chamado de CDM-SSC-PPA-DD.

O Dr. Haroldo informou que a minuta apresentada já havia incorporado sugestões do MMA e MCT. Informou que não houve comentários adicionais. O Dr. Newton questionou se havia alguma outra observação, dizendo que o objetivo era internalizar a regulamentação do Conselho Executivo do MDL, por meio da tradução dos documentos para o português. Em seguida, sugeriu a aprovação da resolução.

A CIMGC deliberou pela **aprovação da Resolução N° 9.**

O Dr. Newton passou ao próximo ponto da pauta, informando sobre a reunião do ONS, MCT, MME e Entidades Operacionais Designadas – EODs para apresentação do método de cálculo do fator de emissão utilizado da rede nacional de distribuição elétrica a ser considerado nos projetos brasileiros no âmbito do MDL, ocorrida no dia 05 de fevereiro último. Em reunião anterior, esse encontro fora aprovado para a verificação do cálculo, como a forma mais rápida de se resolver a questão. Isso foi feito em atmosfera cordial. Houve uma reunião prévia com ONS, MCT e MME na parte da manhã, para se combinar a reunião da tarde, que contaria também com as EODs. Compareceram oito EODs, conforme exigência do ONS para que todas estivessem presentes: DNV, RINA, TÜV SÜD, SGS, AENOR, BUREAU VERITAS, TÜV Rheinland, BR TÜV (TÜV NORD). Apresentou-se às EODs, uma planilha de cálculo para um mês, totalmente aberta. Reiterou-se a necessidade de confidencialidade da informação. As EODs apenas tiveram acesso à informação no momento da reunião, mas não obtiveram cópias das informações. Houve uma apresentação detalhada da forma de cálculo. As EODs fizeram várias perguntas e, no final, declararam-se satisfeitas com o que foi apresentado. Ainda não foi realizada a ata pela DNV em nome das EODs, pela qual a Secretaria Executiva da CIMGC aguarda. Por parte da Comissão, a cartilha se encontra em fase de reelaboração, mostrando como o cálculo é feito, para publicação no sítio eletrônico do MCT. Os projetos que ainda não tinham sido submetidos sob a alegação de problemas relacionados à aplicação dos fatores de emissão já estão sendo encaminhados, tais como o projeto Moinho e Barracão, recentemente aprovado com o novo Relatório de Validação. Esse problema já pode ser considerado resolvido.

A Dra. Samira apresentou o novo representante do MME na Comissão, o Dr. Hamilton Moss de Souza.

O Dr. Newton confirmou a previsão de realização das próximas reuniões: 19/05, 16/07, 15/09 e 13/11.

O Dr. Haroldo informou que o sítio eletrônico do MCT havia sofrido algumas alterações em função de exigências relacionadas ao novo portal do Ministério. Pela necessidade de migração das informações e dados para o novo formato, algumas páginas eletrônicas experimentavam alguns problemas. Assim, solicitou aos membros da CIMGC a gentileza de que auxiliassem na verificação das deficiências e que as comunicassem para os devidos acertos.

O Dr. Marcel Stenner, membro do Ministério da Fazenda na CIMGC aproveitou a oportunidade para se despedir da Comissão, pois assumirá novas funções.

Não havendo assuntos adicionais a tratar, o Dr. Newton encerrou a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos, e o espírito colaborativo como de costume.